



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000594-89.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Colégio Cecilia Meireles S/s**
 Requerido: **Sandra Erli da Silva Moreira e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Colégio Cecilia Meireles S/S Ltda move ação de cobrança contra Rogério Romano Squassoni, Gislaine Gonçalves Pinheiro Braga, e, no limite dos cheques por cada qual emitidos, Sirley Gualberto dos Santos e Sandra Erli da Silva.

Houve desistência da ação em relação a Sirley Gualberto dos Santos.

Os demais réus foram citados e não contestaram (certidão de folhas 211).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I e II do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas e, além disso, os réus Rogério Romano Squassoni, Gislaine Gonçalves Pinheiro Braga e Sandra Erli da Silva foram pessoalmente citados, tendo transcorrido *in albis* o prazo para resposta.

A ação é procedente, pois o autor comprovou que foi contratado pelos réus Rogério Romano Squassoni e Gislaine Gonçalves Pinheiro Braga para a prestação de serviços educacionais e que houve a inadimplência ao longo de vários anos, consoante documentos de folhas 28, 29/36, 37/44. 45/49, conclusão que é reforçada por conta da incidência, in casu, dos

1000594-89.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

efeitos da revelia.

Quanto à ré Sandra Erli da Silva, sua responsabilidade é solidária com os demais réus, limitada porém ao valor do cheque de folhas 24, parte superior.

Ressalva-se apenas a condenação em honorários, que deve respeitar os parâmetros previstos no art. 85 do Código de Processo Civil e não aqueles indicados no contrato, vez que o arbitramento se faz pelo juiz em conformidade com as regras cogentes da legislação processual.

Ante o exposto, julgo procedente a ação para condenar (a) Rogério Romano Squassoni e Gislaine Gonçalves Pinheiro Braga, solidariamente, a pagarem ao autor R\$ 36.334,02, com atualização monetária pela Tabela do TJSP e juros de 1% ao mês, ambos desde a propositura da ação, condenando-os ainda em custas e despesas e em honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor da condenação (b) Sandra Erli da Silva a pagar à parte autora, em solidariedade com os demais réus, a quantia de R\$ 1.370,00 (montante já incluído no item "a" acima), com atualização monetária pela Tabela do TJSP e juros de 1% ao mês, ambos desde 20.02.2011, condenando-a ainda em 10% das custas e despesas e em honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor da sua condenação, destacando-se que a condenação em custas e despesas e honorários é também em regime de solidariedade com os demais réus (montantes já incluídos nas custas, despesas e honorários indicados no item "a" acima).

P.I.

São Carlos, 03 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**